

15/D
AEMF01.1

Trabalho
(Salário)

Evaristo de Moraes Filho

- A primeira tabela de salário mínimo foi fixada no Brasil em 1940, devendo ser revista, normalmente, de três em três anos, e, excepcionalmente, todo os anos. Essa excepcionalidade prendia-se ao custo de vida; desde que fosse reconhecido que "fatores de ordem econômica tenham alterado de maneira profunda a situação econômica e financeira da região, zona ou subzona interessada" (§2º, do art. 116, da Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943).

Há mais de vinte anos, com a espiral inflacionária que envolveu o País, o que era exceção passou a ser regra, dando-se a revisão anual dos novos índices de salário mínimo, de acordo com os indicativos dos órgãos técnicos do Governo. A revisão anual passou a ser rotina.

O salário mínimo brasileiro é do tipo de salário mínimo vital (living wage), material, no qual se levam em conta somente as cinco necessidades antropologicamente básicas, tais como: alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Nada se diz aí sobre educação, recreação, instrução, religião, lazer, e assim por diante. Não chega nem a ser salário mínimo pessoal, no qual esteja englobadas todas essas outras necessidades.

É bem verdade que há outras diversas formas de salário indireto, na legislação, tais como o PIS (Plano de Integração

Programa

Social), PASEP (~~Plano~~ Programa de Formação do Servidor Público), além do salário-família e do salário-educação, dos quais somente o ^{terceiro} ~~segundo~~ é pago diretamente ao trabalhador. Os dois primeiros, criados em 1970, somente agora insinuam a possibilidade da primeira retirada numa importância média pouco acima do maior salário mínimo vigente no País, isto é, em torno de Cr\$ 440,00 por ano.

Segundo pesquisas recentes, cerca de 43% dos trabalhadores brasileiros vivem de salário mínimo, o que é assustador. As atuais tabelas variam de Cr\$ 376,80, nos principais centros, até Cr\$ 266,40 no Estado do ~~Roraima~~ Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, alguns municípios de Pernambuco; nos Estados de Alagoas, Sergipe, alguns municípios da Bahia e no Território Federal de Fernando Noronha.

Pelo salário mínimo são calculadas, no Brasil, todos os demais índices salariais e de renda. Com exceção de uma pequena minoria, beneficiada diretamente pelo enriquecimento da Nação, a imensa maioria deixa de participar dos bens da vida, sem poder aquisitivo nem meios de supri-lo.

2. Localização do problema - É praticamente geral, nacional, de todo o País, mas se localiza ou recrudescer em suas regiões menos industrializadas e mais pobres, tais como a zona rural e o Nordeste. Nelas ~~se~~ localizam as subculturas da miséria, com todas as suas conseqüências altamente poluidoras.

3. Causas do problema. Como em todo fato social, ocorre um sistema funcional de causas e concausas. Uma delas é o despreparo técnico e profissional. A mão-de-obra não qualificada ainda é grandemente majoritária na composição da população ativa brasileira, mão-de-obra essa que se espalha em todos os setores, notadamente no primário e no terciário. Esta mão-de-obra dificilmente passa do salário mínimo.

Outra causa, e recente, é a política salarial do Governo. No combate gradualista à inflação, tornou-se necessário uma certa contenção dos aumentos salariais, notadamente através de instrumentos de direito coletivo - convenção e dissídio coletivo. Toda uma legislação foi baixada a partir de 1964, ^{deferindo} ~~estabelecendo~~ rígidos critérios para a fixação de novos níveis salariais. Serão nulas as convenções coletivas de trabalho que infringirem tais critérios, ainda que concordem entre si os sindicatos de empregados e de em-

pregadores. A partir de 1968 houve uma certa melhora no que se convencionou chamar de "arrocho salarial", mas ainda assim recaiu na embada assalariada a maior dose e a mais heórica no combate à inflação. ~~Em~~ Política de contenção dos preços não obteve o mesmo êxito, com enriquecimento de certa camada privilegiada. É uma distorção existente e que salta aos olhos de toda gente.

4. Conseqüências - São as já apontadas. Reconhece o último Plano Nacional de Desenvolvimento (set. de 1974) que há no País, notadamente no Nordeste, zonas de pobreza absoluta, de condições subumanas de existência. Reconhece o mesmo Plano a necessidade de dar prioridade à distribuição e redistribuição da renda nacional, concentrada em número de diminuto de mãos, em prejuízo da maioria. E acrescenta: "Há necessidade de, mantendo acelerado o crescimento, realizar políticas ~~redistributivas~~ redistributivas "enquanto o bolo cresce".

5. Soluções propostas - Maior liberdade de negociação coletiva do trabalho entre empregados e empregadores para fixação de níveis salariais. Maior liberdade à Justiça do Trabalho, na fixação de novos níveis, mediante sentenças normativas. Tudo isso, é claro, dentro da política gradualista de combate à inflação.

Maior controle, real e eficaz, dos preços, mormente dos gêneros de primeira necessidade.

Utilização de meios e instrumentos fiscais que levem à melhor redistribuição da renda nacional, impedindo a concentração na mão dos privilegiados, que se beneficiam com a própria inflação.

6. Dificuldades - As dificuldades são muitas, é óbvio. Mas sem uma corajosa atitude de mudança, senão de estrutura ou organização social, pelo menos de política econômica e de mentalidade, contrariando um pouco a rigidez do capitalismo de Estado, como, de resto, já deixa patente, pelo menos em programa, o último Plano Nacional de Desenvolvimento.

7. Estudos e projetos - Apesar de manter a mesma política salarial, esse novo Plano é altamente sensível à colocação dos problemas sociais, como indispensáveis para a consecução do pleno desenvolvimento nacional. Apresenta ele uma renda per capita, já alcançada, de 700 dólares. Mas este, como todo dado estatístico, encobre no número a realidade da vida social e econômica. A grande maioria da Nação vive ainda em zonas de subcultura da miséria e outras e zonas de pobres absoluta, como reconhece o próprio PND.

Já agora existe no País a convicção de que é necessário incrementar o fortalecimento do mercado interno, diante da conjuntura econômica mundial. Com o protecionismo alfadengário de outros países, há que tornar possível o consumo interno, que somente pode ser aumentado com o aumento do poder aquisitivo das massas trabalhadoras do campo e da cidade.

É preciso perder-se o pavor pânico de que o salário é o maior ou o principal fator inflacionário. Deixará de ser, desde que as suas altas, sob qualquer forma, venham acompanhadas de suficiente acréscimo da produtividade.

Ainda há pouco o Dr. Nelson Chaves, de Recife, declarou que 70% das crianças deste País entre 2 e 6 anos de idade são desnutridas. No Nordeste, entre duas crianças antes de um ano, uma morre. E o Prof. José Eduardo Dutra, no recente IV Congresso Brasileiro de Nutrição, afirmou que há no Brasil 40 milhões de subnutridos.